



REDACTOR PRINCIPAL  
**ALEXANDRE VIEIRA**

\* Propriedade da Confederação Geral do Trabalho \*

EDITOR—**JOAQUIM CARDOSO**

Redacção e administração—Calçada do Combro, 38-A, 2.ª  
Lisboa—PORTUGAL

End. telegr. *Volta*—Lisboa • Telefone: 7

Officinas de impressão: Rua da Atalaia, 134

# A BATALHA

DIÁRIO DA MANHÃ—PORTA-VOZ DA ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA PORTUGUESA

DE QUE MEIOS SE VEM SERVINDO

## A Companhia Carris

para alcançar seus fins —  
aumentado de tarifas

Aqueles que, por obrigação ou curiosidade, lêem diariamente os jornais que se publicam em Lisboa, terão notado a insistência com que, em quasi todos eles, vem sendo atacado o problema da viação eléctrica na capital. O assunto, tratado quasi sempre em primeiras páginas, tem dado azo a uma verdadeira campanha jornalística

a que raras gazetas se tem alheado. Os órgãos conservadores e os órgãos radicais, folhas monárquicas e folhas republicanas, jornais políticos, os que exploram o anúncio e os que exploram a chantage, todos eles dedicaram as suas mais visíveis colunas a essa campanha que, com toda a evidência, se vê ser

promovida e paga pela própria Companhia Carris no intuito de preparar a opinião pública para um grande golpe. Pretende-se que a opinião pública reciba sem protesto, habituada já às ideias que a imprensa vai infiltrando nos espíritos, por meio dessa campanha venal sustentada

com o fim revoltante de cercar uma vez mais os interesses do público. Os interesses do público estão, de facto, seriamente ameaçados, pois sabe-se que a Companhia Carris se mantém no afincado desígnio

de aumentar as tarifas das suas carreiras. Não se sabe bem até que escândalo grau. Para justificar aos olhos do público esta intolerável pretensão, eis que se patenteiam nos jornais uns números fantásticos e, em complemento,

produzem-se alegações falsas tentando generalizar a convicção de que a Companhia Carris se encontra numa penúria extrema, impossibilidade de melhorar os seus serviços, de forma a bem servir as crescentes necessidades do público, com as receitas que actualmente auferir. Dai, mentiras e mais mentiras, que mentira é tudo quanto

sobre o estado financeiro da Carris

afirmado tem aparecido impresso. Está, portanto, na força uma extorsão mais aos bolsos populares.

Apóia-a a imprensa diária, quasi por unanimidade. Daqui nos sentimos na obrigação de denunciar a trama tão vibrante quanto as nossas forças o permitam. E daqui gritamos, com quantal energia nos resta, após tamanha série de assaltos que

esteja o público alerta pois já os corvos da Carris lhe farão as derradeiras gotas de sangue. A Companhia de Santo Amaro é poderosa, e apesar da penúria que alardeia, tem ainda dinheiro suficiente para comprar aqueles que se vendem. Mercê desse dinheiro, nós vemos hoje quasi toda

a imprensa miseravelmente vendida

estampando, nos seus lugares de maior destaque, os comunicados que os agentes da Carris lá vão deixar e pagar, tudo isso sob a forma de artigos, ignóbilmente mascarados, onde se fala a cada passo dos interesses do público, para que este deixe adormecer-se ao canto da sereia e não sinta

A unha adunca

que pelos seus bolsos despreocados pretende entrar, para lá efectuar o surripio dos últimos cobres. Para que o escândalo fique consumado falta-nos ver apenas

A vereação reduzida pelo subórno

concedendo às pretensões da Carris o preciso beneplácito. As tarifas dário então o salto leónico, tão alto quanto quizer a gente de

Santo Amaro, arrematante afortunada das consciências em segunda mão. Simplesmente, não se verificará isso sem

o nosso indignado protesto pois não será este jornal dos que, perante as libras da Carris, se curvam reverentes. Falamos já pormenorizadamente aos leitores da visita, feita a esta redacção, por dois mal disfarçados agentes da Carris, que vinham propor-nos não fôssemos bem que

miseráveis prostituições, ou o nosso silêncio aquiescente ou mesmo a nossa fala favorável aos intentos vorazes da Companhia Carris. Da maneira por que respondemos áqueles indivíduos, da forma categórica como lhes acenávamos que

«A Batalha» não se vende sabem já também os nossos leitores. Estamos, portanto, no nosso posto, no desempenho da nossa primordial missão, na defesa dos interesses do povo contra as arremetidas das grandes empresas exploradoras. Por hoje, temos de limitar-nos a

um simples enunciado do assunto

porque dá margem a infinitas considerações a análise das parlapiçadas que a Carris tem feito publicar em variados sons, consoante a natureza dos órgãos comprados. A questão, no que ela tem de essencial, fica-a conhecendo o leitor: a Companhia de Santo Amaro quer mais dinheiro; mas não se apresenta descobertamente a exigir, antes permanece ostensivamente silenciosa enquanto a imprensa, peitada, fala em seu lugar, pretendendo com

mil rebuscadas hipocrisias convencer o público de que o interesse deste está justamente em pagar mais para ficar melhor servido, no tocante a viação eléctrica. Nós trataremos, pois, como nos cumpre, de

denunciar a maquinação mostrando ao povo a força dos que se intitulam zeladores fiéis dos seus interesses, e a forma grosseiríssima por que se pretendem lançar-lhe

poeira nos olhos para submetê-lo cavilosamente a todas as formas da exploração capitalista.

Os banhos das Alcaçarias Pretende-se acabar com eles, apesar da sua reconhecida utilidade pública

Há muitos anos que grande número de indivíduos se utilizam dos chamados banhos das Alcaçarias, de D. Clara, do Terreiro do Trigo, propriedade de um indivíduo que comprou o prédio onde existe a nascente, por 7 contos de réis. Ultimamente, movido certamente por esse deplorável espírito de ganância que de todos que tem dinheiro se apoderou, propoz-se terminar com os banhos, transformando o edifício em escritórios comerciais. Alarmados com o caso, os operários do Arsenal do Exército, que na sua maioria se utilizam desses banhos, cujos efeitos terapêuticos por todas as autoridades do assunto são reconhecidos, propuzeram, por intermédio da sua associação de socorros mútuos, ao proprietário das Alcaçarias, a compra do edifício, com o intuito não só dos componentes da referida associação, mas o público, se utilizarem dos banhos, como até aqui, pedindo áquele a pequena quantia de 200 contos de réis! Como não podiam satisfazer tanta pesada quantia, que bem atesta os interesses mercantilistas daquele indivíduo, áqueles nossos camaradas dirigiram-se ás entidades oficiais, fazendo-lhes ver os prejuízos que da extinção dos banhos das Alcaçarias resultariam para a população, concordando todos com eles, nada, porém, resolvendo de definitivo.

Em nossa opinião, devem as Alcaçarias ser consideradas estabelecimentos de utilidade pública, impedindo-se, pois, a ganância do actual proprietário e obrigando-o a cumprir as determinações há dias publicadas no *Diário do Governo* pelo ministério do trabalho, que desrespeitou absolutamente.

NOTAS E COMENTÁRIOS por PERFEITO DE CARVALHO Recebem-se pedidos na administração da Batalha.

## Notas e Comentários

—Então já de volta, senhora D. Ana? —E verdade. Cheguei anteontem. —E como vai a vida lá em Estremoz? —Oh! Um horror. O azeite este ano está atingindo um preço assombroso. Nunca, em tempo algum, ele atingiu um preço assim. Calcule que disputa-se por tal forma o preço do azeite que apesar de já se estar a comprá-lo por 95 escudos o hectolitro, o que já corresponde a \$80 o litro ou \$85, há quem ofereça cento e cinco escudos, dizendo-se já à boca cheia que se deve vender o azeite este ano a razão de 1200. Um escudo e vinte centavos cada litro! Poderá isto ser? Como pode pois o desgraçado trabalhador, ou mesmo a classe menos remediada, viver com o azeite a 1200 e o toucinho a 1500 cada quilo? Também é um assombro o preço que a carne de porco está atingindo, pois já ali se vende ao preço de 23500 cada arroba! quando é certo que nos anos da guerra, o preço mais caro por que ali se vendeu foi a 16550, e agora que acabou a guerra vende-se a 23500! Por que não põe o governo uma tabela também neste artigo?

—No meu conceito—Cantanhede—onde—manda-me dizer o meu pai—a coiteira este ano foi extraordinária; não havendo memória de haver tanta azeite, os assombrados por lá andam percorrendo os lugares, oferecendo pelo azeite, à saída, ainda que 8500 por decalitro e por esse facto o pobre, que o pagava já caro, a \$80 o litro, paga-o já a \$94, isto no centro da produção onde se espera haver mais de 500 cascos de azeite, e isto pelo baixo.

—E uma pouca vergonha, senhor Soares. Não é exagero afirmar-se que por essa província fora o pobre jornaleiro e sua família passam verdadeira fome. O feijão está, por lá, a vender-se a 3550 os 15 litros e o milho a 6800. A batata custa 2800 e 3800 os 15 quilos; o arroz ordinário, a 570 o litro; o azeite a 94; a farinha de trigo, da segunda, a 570. Açúcar, não aparece no mercado, vendendo-se, porém, subrepticiamente a 2500 o quilo. E as câmaras assistem indiferentes a todo esse estado de coisas. Não estabelecem tabelas de preços, nem os empregados da câmara nem os agentes fiscais se importam com isso para coisa alguma.

—As câmaras municipais! Pois se elas são constituídas exclusivamente pelos lavradores, comerciantes e pelos principais negociantes das localidades! —Oh! é isso mesmo que se dá com a câmara do meu concelho. Mas eu não sei onde isto vai parar, senhor Soares. O governo não toma providências para evitar esta verdadeira rouboalheira, este verdadeiro assalto ao público em que se exige a bolsa ou a vida. Os jornais falam, falam, falam mas tudo está na mesma, ou antes, tudo está cada vez pior. O governo não faz nada, absolutamente nada.

—Não faz nem pode fazer senhora D. Ana. Ele próprio reconhece a sua impotência. Não há medidas legislativas, não há repressões nem penalidades que ponham cobro a esta ambição de enriquecer, de viver roubando em vez de viver produzindo. A causa da carestia e sonegação dos gêneros é a organização económico-política em vigor. Reside justamente no nosso regime económico de que o político não é mais do que uma consequência.

Ora todas as medidas legislativas gravitam em torno da causa desses males sem tocar na essência do princípio que esses males originem. E não lhe tocam os governantes porque não lhes convém.

—O senhor Soares é quem diz a verdade. E tal qual como diz.

—Ora, senhora D. Ana, as medidas radicais que o problema reclama e impõe não podem descer de cima, como uma graça dos ricos e dos governantes. Só uma solução tendencialmente socialista poderia eficazmente melhorar a situação.

—Socialista?! Ai, credo! sr. Soares. Não fale nisso. —Ah! horrorosa assim tanto o socialismo? Pois então deixe-se rebentar de fome e não se lamentem lamiar, minha boa sr.ª D. Ana.

Liberdade Um anónimo, demotivado crítico por certo, escreve-nos dizendo que tão indignados nos mostramos contra a suspensão da Situação e contra a proibição das exéquias ao Sidónio Pais que parece—á ele, é claro—inclinar-nos de preferência para a política do chamado desembrismo. O anónimo está enganado. Nós estamos rendendo para o desembrismo e para os desembristas. A nossa solidariedade, naquelas circunstâncias, como os desembristas ou sidonistas—como quiserem—proveu da concepção elevada e lata que temos de Liberdade. Foi essa mesma concepção de Liberdade que nos levou, no tempo do sidonismo, a protestar contra o encerramento dos centros democráticos, contra a proibição da publicação dos jornais democráticos e contra a deportação, para a África, de políticos, sem julgamento.

E que a Liberdade que nós defendemos e amamos, ilustre anónimo, não é a mesma que o cavaleiro apregoa e quer. A nossa Liberdade é de todos e para todos, enquanto a sua e dos seus correligionários é só para uso próprio. Temos dito.

O calote Uma professora oficial escreve-nos a pedir-nos que chamemos a atenção do ministro da instrução para o facto de em certos concelhos os professores não terem ainda recebido os seus vencimentos re-

lativos ao mês de Novembro findo, enquanto o professorado doutros concelhos anda pago adiantadamente, e a propósito borda várias considerações sobre os transtornos que esse atraso produz em quem para comer conta apenas com o que ganha—transtornos esses que calculamos muito bem e por experiência própria.

Na publicação destas linhas vai a satisfação do pedido da reclamante, a quem pedimos que não leve a mal que um operário, que não frequentou a escola, lhe peça um ligeiro reparo à sua carta. «Peçame», do verbo pedir, é com e não com ss que se escreve.

O lapso é desculpável. Certamente a senhora professora é já avançada em anos. Há quantos já não deixaria a escola? Já está esquecida. Não admira.

Para fechar «Entre os animais para os quais a vida social era vantajosa, os indivíduos que encontravam grande prazer em estar juntos podiam escapar melhor de diversos perigos; enquanto áqueles que se não importavam com os camaradas e viviam solitários, deviam perecer em maior número».

Este trecho foi escrito pelo grande naturalista Carlos Darwin, no seu precioso trabalho «A origem do homem». Nele fica demonstrado, de modo claro e insofismável, o imenso valor da solidariedade. E os operários deviam meditar profunda e seriamente as citadas palavras de Darwin. E, caso meditassem, chegariam à seguinte conclusão: o sofrimento da classe trabalhadora provém da sua falta de união.

Se houvesse união, solidariedade entre os que trabalham, a sociedade monstruosa que nos oprime, ruiria imediatamente por terra, para a felicidade geral dos homens.

## Conselho Jurídico da C. G. T.

Conforme noticiámos, foram ontem presentes, no 2.º distrito criminal, a julgamento, os camaradas Joaquim Gonçalves e Américo Vilar, acusados de arremesso de bombas.

Tomava a defesa dos dois acusados o nosso amigo Dr. Sobral de Campos, advogado do Conselho Jurídico da C. G. T. Não se realizou, porém, o julgamento porque das oito testemunhas de acusação apenas se encontravam presentes duas, não prescindindo das que faltavam o agente do ministério público e requerendo, por via disso, adiamento.

O advogado requereu, então, ao juiz que marcasse para breve a nova audiência, recomendando o juiz, em vista do requerido, ao escrivão do processo que fizesse entrar o processo em questão nas audiências gerais do próximo mês de Janeiro.

Deve, pois, dentro de pouco tempo, conhecer-se o dia certo em que os arguidos deverão novamente ser sujeitos a julgamento.

Como nota curiosa devemos dizer que os jurados—como se tratava de bombas...—estavam muito receosos e haviam manifestado preocupação por a guarda republicana não estar na audiência... E dizia-se também—não sabemos se com visos de verdade—que, mesmo sem conhecerem o processo e antes de se saber o que iria passar-se no julgamento, a disposição predominante entre os jurados era de condenar os arguidos—condenação que não podia ser outra senão a que determina o art. 15.º da lei de 21 de Abril de 1892: oito anos de penitenciaría seguidos de doze de degredo!

Não estaria então os medrosos jurados algum benemérito assambrador e algum respeitável envenenador do próximo?

—Começa hoje a instrução contraditória no processo crime que o ministério público move contra o nosso camarada Arsénio José Filipe pelo cartório do escrivão Tarraso, da investigação criminal.

O advogado do Conselho Jurídico irá inquirir as testemunhas.

## União dos Sindicatos Operários

NOTA OFICIOSA

Em conformidade com a circular dimanada deste organismo, enviada a todos os sindicatos de Lisboa e publicada em A Batalha de 13 do corrente, é hoje que pelas 20 horas, na sede desta União, se realiza a reunião das comissões administrativas dos referidos sindicatos, a fim de se tomarem deliberações e se assentar na marcha futura deste organismo para que o mesmo possa cumprir com o resolvido no II Congresso Operário Nacional.

Fica por esta forma convidado qualquer sindicato ao qual por lapso não lhe fosse dirigida a referida circular.

## A crise da Imprensa

A reunião de ontem

Conforme estava convocada, reuniu-se ontem na Associação Industrial Portuguesa, a assembleia geral dos representantes das empresas jornalísticas, deliberando-se nomear uma comissão constituída pelos srs. João Pereira da Rosa, Jorge de Abreu, Dr. Augusto de Castro, Manuel Guimarães e Herculano Nunes para se entender com o governo e outras entidades e apresentar no mais curto espaço de tempo o resultado das suas diligências.

## C. G. T.

A comissão delegada do Comité Confederal para tratar da situação anormal como tem funcionado o sindicato das Operárias das Fábricas de Conservas, de Setúbal, foi no p. p. dia 16 áquela cidade, efectuando ali uma sessão magna da mesma classe e que foi muito concorrida.

Verificou a comissão delegada do Comité Confederal que entre aquelas operárias existem duas correntes de opinião, o que, de certo modo, tornou impossível a constituição provisória duma comissão administrativa e outra de revisão de contas, como era do intuito dos delegados da C. G. T., e em atenção á moralidade sindical.

Também os representantes da C. G. T. reuniram com os delegados das classes da indústria de conservas, na sede da Associação dos Soldadores, ficando assente que por intermédio daquela classe se efective uma reunião de delegados de todos os organismos operários de Setúbal para dia, hora e local oportunamente designados, a fim do assunto ser convenientemente debatido e para o qual se torna necessária uma solução condigna.

A essa reunião assistem os delegados da C. G. T.

## A deportação dos operários vindos do Brasil

Um protesto dos Fabricantes de Armas

Na assembleia que antontem se realizou na sede do sindicato dos Fabricantes de Armas, foi apreciada a perseguição desumana e reacção da do poder central para com os camaradas expulsos do Brasil e deportados para a África sem prévio julgamento. A assembleia cheia de indignação aprova por unanimidade a seguinte moção apresentada pelo camarada João Coelho:

«Atendendo a que sem pretexto plausível diversos camaradas de trabalho foram deportados para as colónias portuguesas; atendendo a que este facto representa um atentado ás liberdades consignadas pela constituição do país, mais ainda uma arbitrariedade imprópria de governos autocratas, quanto mais de governos democráticos; atendendo a que violências desta natureza revelam apenas o intuito de esmagar a consciência operária; Atendendo ainda a que a classe dos arsenalistas do exército como operários conscientes que são, tem protestado sempre contra todos os atentados liberdade de pensamento; reunidos em assembleia geral resolvem:

1.º Protestar indignadamente contra a deportação sem julgamento de operários honestos e conscientes; 2.º Juntar o seu protesto ao da C. G. T. a fim de que ele possa ecoar com mais retumbância junto áqueles que tem arbitrariamente dispostos de bem estar desses camaradas e suas famílias».

A assembleia foi encerrada com manifestações de protesto contra o proceder reacçãoário do governo.

## As greves

Pessoal da fábrica de tecidos das Varandas

Ainda não está solucionado este conflito, provocado pela direcção daquella fabrica. No dia 16, uma comissão pessoal na fabrica a direcção para lhe entregar uma petição com o aumento votado na reunião do pessoal.

A direcção estava representada na pessoa do sr. Mendonça, que leu a petição em seu gabinete, e mandou dizer por um empregado á comissão que, assim que viessem os seus colegas, mandaria a resposta para a Associação, mas essa resposta não foi dada como prometido.

A comissão voltou no dia 17, para saber a citada resposta, e estando o fiscal da fabrica presente, disse á comissão que a Direcção ainda não estava e não sabia se havia alguma resposta, quando nesta altura entrou o sr. Cabral que, esbaforido e com modos bruscos, disse ao fiscal que terminasse com a conversação, retirando-se então a comissão, em face dessa indecência.

Ontem, a comissão voltou novamente á fabrica, para se avistar com a Direcção, mas esta negou-se terminantemente a recebê-la, por dela fazer parte delegados da Associação que não estão na fabrica.

Em seguida, reuniram os operários e os delegados da Associação, transigindo em que fosse uma comissão só de operários da fabrica, que imediatamente se avistou com o director Mendonça, que se aconselhou a retomar o trabalho, prometendo que depois aumentaria os operários.

A comissão deu conta á assembleia do resultado da sua conferência, mas esta, considerando que era uma artimanha e um subterfugio daquella direcção, a proposta que elle fazia, reprovou por completo, e resolveu expor hoje a questão ao Governador Civil.

A 16 horas reunem os operários, na sede da Associação dos Manipuladores de Borracha, rua do Beato n.º 47, 2.º. Amanhã, vão-se tirar subscrições com documentos chancelados pela Associação.

## O II CONGRESSO DA C. G. T. DE ESPANHA

Na magna assemblea proletária de Madrid discutem-se problemas que interessam não só aos trabalhadores de Espanha, mas aos de todos os países

(Do enviado especial da C. G. T. de Portugal)

MADRID, 15.—Eis a moção relativa á fusão dos dois organismos centrais (U. G. T. e C. N. T.), a que me referi e que o comité confederal considerou sua:

«Considerando que as táticas e princípios ideológicos da Confederação Nacional do Trabalho e da União Geral dos Trabalhadores, são diametralmente opostos e estão completamente definidos, e por isso de ninguém ignorados, entendem os sindicatos proponentes que não se deve fazer a fusão dos dois organismos, mas sim á absorção dos organismos de que se compõe a U. G. T.

Primeiro: porque a Confederação representa um número de aderentes três vezes maior; segundo: porque, sendo, como anteriormente se diz, conhecida a tática seguida pela Confederação; e tendo sido convidados para este Congresso os elementos da União, o facto de não terem comparecido demonstra que tais elementos não aceitam a tática confederal, sendo, pois, inútil a realização de outro congresso, visto que eles não poderiam convencer-nos a adoptar os seus métodos de luta.

Além disso, os proponentes lembram ao Congresso a necessidade de redigir um manifesto dirigido a todos os trabalhadores de Espanha, concedendo-lhes um prazo de três meses para o seu ingresso na Confederação Nacional, declarando-os amarelos no caso que não o façam».

Os presos por questões sociais

Realizou-se já a quinta sessão e falta ainda decidir sobre metade dos temas postos á discussão, dos 83 que foram apresentados. Desses 83 temas, alguns foram resumidos, visto aproximar-se o seu sentido, simplificando-se assim a discussão, e facilitando-se a resolução dos congressistas.

Para não tornar fastidiosas estas cartas, resumirei as resoluções tomadas. Na sessão de ontem, a quinta, tratando-se da questão dos presos por questões sociais, foi decidido criar-se um Comité Nacional (espécie de Conselho Jurídico português), para o qual contribuirá cada associado com 5 céntimos (um centavo) mensais, devendo áquele comité auxiliar os presos já condenados com 60 pesetas (10\$00, câmbio ao par) por semana. Dos presos preventivos tratarão os comités locais ou regionais.

As violências governamentais e a luta com a burguesia

Sobre a militarização operária imposta pelos governos nas greves, os seus atropelos e arbitrariedades e ainda para opor-se aos lock-outs patronais, decidiu o congresso intensificar a propaganda, e pôr em prática todos os meios revolucionários indicados pelo sindicalismo, encaminhando-se a acção proletária, conforme as circunstâncias de momento se apresentarem, mas sempre com o objectivo de alcançar o mais rapidamente possível o comunismo.

Nos casos especiais em que a paralisação de trabalho é geral e completa, ter-se há em consideração os serviços sanitários e de saúde, não sendo estes interrompidos, podendo transitar livremente os transportes dos médicos, etc., no seu labor humanitário.

Os médicos e o operariado organizado

Pelo que respeita ás reclamações dos médicos e tendo-se em atenção a sua função humanitária, sempre que estes formularem reclamações dentro do círculo operário e revolucionário, não lhes sendo possível a declaração de greve, as demais classes operárias apoiarão-lhes os seus movimentos, indo á greve em seu auxílio, se tanto for necessário.

Os tribunais militares para a marinha mercante

O Congresso ocupa-se, depois, da sujeição aos tribunais militares dos marinheiros da marinha mercante, decidindo que a organização daquella industria ponha termo a tal anomalia, pois não é justo que, destinando-se os navios mercantes ao tráfico comercial, estejam sujeitos á jurisdição militar.

A guerra aos «amarelos»

Tratando-se da acção prejudicial dos amarelos, decidiu o Congresso que os trabalhadores organizados lhes recussem toda a espécie de colaboração, individual ou colectiva, por entender que a sua acção é uma ajuda eficaz á burguesia, retardando de certo modo o advento duma sociedade igualitária e justa.

No número dos amarelos devem collocar-se os engenheiros, arquitectos, etc., que, sendo também trabalhadores, se collocam quasi sempre ao lado do patronato e do Estado, sobretudo quando acumulam cargos de direcção.

O Congresso contra a legislação burguesa

Sobre a legislação do trabalho, o Congresso pronunciou-se no sentido de que o proletariado não deve confiar nem esperar da lei: nem melhoras, nem respeito pelos acordos legais entre patrões ou o Estado e os operários, mas antes numa organização sólida e bem orientada, sendo necessário desenvolver a organização de sindicatos dos serviços públicos, pelos serviços que estes

organismos podem prestar ás restantes organizações em movimentos de solidariedade e nas lutas ininterruptas, dia a dia mais intensas.

As escolas racionais e a questão ferroviária

O Congresso, depois de decidir que nas escolas racionais, a cargo das organizações, se estabeleça um curso do esperanto para uso nas relações internacionais, occupou-se da questão ferroviária.

Por virtude do fracasso da greve de 1917, orientada pela respectiva Federação, reformista, de que resultou ficarem despedidos 6.000 ferroviários, e não tendo áquele organismo bastante força para se impôr ao governo no sentido de que este obrigue as companhias a readmitir áquele pessoal, o parecer sobre o assunto apresentado consignava que a Confederação chamasse a questão á si, promovendo um movimento nacional com o fim de conseguir a readmissão daqueles camaradas, que neste momento ainda estão fora do serviço, estando este a ser feito por militares.

Esse parecer foi aprovado, com a condição de que a acção deverá ser exercida directamente contra as companhias, logo que o comité confederal o julgue oportuno.

O dia de 8 horas e o trabalho noturno

Na 6.ª sessão foram aprovados vários pareceres: o de horário de trabalho, reconhecendo como máximo o dia de 8 horas, estabelecido por lei, devendo esta ser extensiva aos mineiros do mar, o de 7 horas para os mineiros de carvão, devendo este ser extensivo a todos os que trabalhem no sub-solo sem excepção.

O trabalho noturno deve ser por completo suprimido e quando haja de haver excepção, sejam as horas de trabalho reduzidas ao mínimo. Um mínimo de salário deverá ser estabelecido em toda a Espanha, empenhando-se a organização nesse sentido, não devendo cada operário exercer mais do que uma profissão, ou fazer mais que um jornal num só dia.

A guerra á gorgeta

O regime da gorgeta foi considerado atentatório da dignidade pessoal e profissional, assentando-se em que os confederados devem recusar-se a pagar a gorgeta seja a quem for, forçando-se os operários sujeitos a este regime vergonhoso a conquistar aos patrões aumentos de salário. A imprensa operária iniciará uma campanha com esse fim.

A falsificação de generos

Para evitar a adulteração de generos e a falta de peso, a organização reclamará laboratórios de análise e postos de repeso em cada bairro, nas grandes cidades, e nas pequenas povoações um central, com o fim de se fazer o boicot aos produtos que se verifique estarem em mau estado de consumo, ou com falta de peso. Este trabalho deverá ser completado pela classe trabalhadora, que deverá recusar-se a produzir com matérias cuja adulteração for comprovada.

Os comités operários nas fábricas e oficinas

Para se estudar as condições e desenvolvimento das indústrias e do comércio, deverão existir em cada fabrica, officina ou armazem comissões de técnicos, operários e caixeiros que exercerão o controlo, elaborando estatísticas e inspecionando os livros de contabilidade. Este trabalho deverá ser empreendido desde já pelos organismos suficientemente fortes e com condições de o levar a efeito com probabilidades de êxito.

O problema das subsistências é um problema de produção, e neste sentido os dados colhidos por áqueles comissões e fornecidos aos comités das organizações locais, contribuirão para o estudo das causas da carestia da vida.

A questão do inquilinato

Relativamente ao inquilinato, transcrevo a seguinte moção na íntegra, por ser uma questão em que a organização portuguesa está neste momento empenhada:

«Tendo em consideração que o problema da habitação não poderá ser radicalmente solucionado enquanto não se proceda á socialização dos imóveis, mas que, no entanto, é de absoluta necessidade para atalhar dos abusos dos proprietários proceder a uma rápida e energica acção, a comissão propõe:

1.º Que a Confederação Nacional do Trabalho declare no dia 1 de Janeiro de 1920 a greve geral de inquilinos em toda a Espanha; a partir daquella data os inquilinos negar-se-ão energeticamente a pagar os alugueiros, persistindo nesta attitude enquanto os senhorios não restabelecerem os alugueiros que percebiam em 1914. Esta acção será dirigida pelas Federações locais, as quais nomearão, para maior facilidade de trabalho, as comissões concelhas ou por bairro que julguem necessário; fica entendido que os proprietários ou a Câmara da Propriedade deverão negociar directamente com as organizações operárias.

2.º Enquanto não se chegue á socialização dos imóveis, os organismos de construção e das profissões liberais, engenheiros, arquitectos, professores, etc.



